



**Cultura**

Revista de História e Teoria das Ideias

**Vol. 28 | 2011**

**Das leituras e dos leitores - Entre filologia e história**

---

## Filologia e história do livro

*Philology and the History of the Book*

**Artur Anselmo**

---



### **Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/105>

DOI: 10.4000/cultura.105

ISSN: 2183-2021

### **Editora**

Centro de História da Cultura

### **Edição impressa**

Data de publicação: 1 Junho 2011

Paginação: 15-21

ISSN: 0870-4546

### **Referência eletrónica**

Artur Anselmo, « Filologia e história do livro », *Cultura* [Online], Vol. 28 | 2011, posto online no dia 13 novembro 2013, consultado a 01 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/105> ; DOI : 10.4000/cultura.105

---

## Filologia e história do livro\*

Artur Anselmo\*\*

O desenvolvimento dos estudos de História do Livro, nos últimos cinquenta anos, tem mostrado que a chamada Bibliografia Material – isto é, o conhecimento das técnicas de reprodução do pensamento através da imprensa escrita – recorre cada vez mais aos métodos próprios da filologia. Passar um texto para letra de forma é uma operação complexa, que tem não só múltiplas afinidades com o exercício da escrita manual mas também particularidades técnicas nem sempre familiares ao comum dos leitores, aos bibliógrafos e aos bibliófilos.

Convém recordar que, até ao aparecimento da imprensa em meados do século XV, a maior parte dos textos manuscritos produzia-se para que esses textos fossem lidos em voz alta: toda a atenção do copista se concentrava, por isso, na legibilidade do manuscrito, evitando situações de ambiguidade fonética com o recurso a sinais diacríticos. (Ocorre lembrar que, até aos anos 60 do século XX, quando a eucaristia católica era celebrada em latim, muitos missais tinham a acentuação tónica marcada ao modo românico, com acento agudo, para evitar aquilo que se designava por “silabadas.”) Com a disseminação das abreviaturas de origem latina nos manuais escolares, estas cedo se vulgarizaram nas obras que eram lidas nos conventos e noutros locais onde predominava a influência da Igreja.

Se é verdade que, na Baixa Idade Média, muitos textos circulavam anonimamente e sem título (o exemplo da obra hoje conhecida por *Imitação de Cristo* é um dos mais relevantes), também é verdade que a divisão do texto em capítulos, o uso da tinta vermelha nas rubricas (assim chamadas devido à sua cor *rubra*), a prática continuada de se chamar a atenção do leitor por meio de *caldeirões*, assim como outros recursos gráficos (sublinhados, talões, ornatos, vinhetas, setas, indicadores digitais, etc.) tinham entrado nos hábitos das comunidades religiosas, às quais pertencia a maior percentagem de indivíduos alfabetizados. Durante as refeições em comum (designadas por *collationes*) liam-se em voz alta passos de obras de autores clássicos e de textos morais edificantes, fosse a partir de manuscritos das bibliotecas conventuais, fosse na transição do século XV para o século XVI, a partir de

\* Lição de Jubilação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

\*\* CHC, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

textos impressos em letra de forma. Era óbvio que o leitor não se limitava só a papaguear o escrito, mas também desenvolvia oralmente as abreviaturas e procurava tirar partido dos elementos de prosódia implícitos no texto. Mais: se houvesse ilustrações, o sentido latente do texto tornava-se evidente e clarificador. A este propósito, convém não esquecer que a xilogravura precede de mais de um século a tipografia, não se estranhando, por isso, que à abertura das imagens nos blocos de madeira se tenham juntado a abertura de signos alfabéticos, mesmo antes do aparecimento dos tipos metálicos móveis.

Esta intromissão do texto no mundo da gravura, facto que se concretiza, graças a Gutenberg, à volta de 1450, segue percurso inverso ao da iluminura. Quando se compara um incunábulo com um códice manuscrito iluminado, o que avulta, em termos de percepção visual, é, no primeiro caso, o texto, mesmo se posteriormente adornado com enfeites decorativos saídos de mão humana, ao passo que, nos livros iluminados, o centro da atenção dos olhos do leitor está nas imagens, como se, em vez de textos tirados do nada pela inspiração do autor, houvesse tão-somente legendas das ilustrações.

Não se julgue, porém, que decorresse sempre da melhor forma o trabalho de correspondência entre os elementos textuais e os elementos iconográficos (ou, na falta destes últimos, subtítulos, escólios, notas marginais e de rodapé, etc.). Bem pelo contrário: desde muito cedo, na história da tipografia, ficou patente a necessidade de confiar a paginação dos livros (ou a *formatação*, como hoje também se diz) a indivíduos de instrução e cultura acima da média, designados em português por “correitores” ou “correctores”, palavra que não se confundia de modo nenhum com os “revedores” seiscentistas ou setecentistas. Os primeiros ocupavam-se de conferir o texto impresso com o original e, se necessário, retocavam ou aperfeiçoavam o que lhes afigurava erróneo; os segundos fiscalizavam os textos de um ponto de vista doutrinário e, na terminologia de hoje, exerciam actos de censura.

O papel dos “correctores de imprensa”, como notou Konrad Haebler, exigia não apenas conhecimentos específicos no domínio da preparação dos originais para a tipografia, mas também aptidão para a detecção de erros de composição (ou *gralhas*, na gíria profissional portuguesa). Não raro, as correcções eram introduzidas durante a impressão, o que exige, hoje, atenção minuciosa às variantes que se encontravam em exemplares da mesma tiragem. De início, os impressores – sobretudo os que, na esteira dos Aldos, dos Bades, dos Estiennes, trabalhavam para os humanistas – encarregavam-se eles próprios dessas tarefas, dada a sua boa preparação no conhecimento das sete artes liberais. Enciclopédias medievais tão importantes na formação deles todos, como a *História Natural* de Plínio, as *Etimologias* de Santo Isidoro de Sevilha ou as *Núpcias da Filologia e Mercúrio*, de Marciano Capela, forneciam-lhes a cultura de base que fazia falta numa tipografia, para que aí se produzissem livros *accurati ac emendatissimi*.

Nenhuma dúvida acerca do contributo da tipografia incunabular e pós-incunabular (isto é, desde cerca de 1450 até 1520) para o êxito dos humanistas; a estes competia tentar localizar os melhores manuscritos dos autores clássicos; aos mestres-impressores competia dispor convenientemente os materiais tipográficos e xilográficos nas formas alinhadas sobre o mármore e prontas para a imposição no prelo. Cedo, porém, se verificou um declínio na letracia dos tipógrafos, e por isso surgiu a necessidade de se confiar o trabalho de organização e revisão dos originais a correctores especializados. Alguns destes novos agentes culturais tinham sido *librarii* nas universidades, começando por editarem sebatas que vendiam aos alunos; outros provinham do clero desocupado dos conventos, em cujos *scriptoria* se movimentavam com facilidade; outros, ainda, eram simples colaboradores de letrados famosos e, no convívio com os mestres, adquiriam a bagagem de que carece um bom corrector.

Nas universidades europeias, como sucedeu em Coimbra, o corrector da imprensa universitária trabalha em ligação estreita com o “guarda da livraria”, quando não é o próprio guarda – ou *bibliotecário*, na linguagem de hoje – que chama a si as tarefas de correcção e paginação. Nos Estatutos de 1653, podemos encontrar discriminadas ambas as funções. O “guarda da livraria”, responsável máximo da Biblioteca, “será – rezam os Estatutos no seu título 46 – bom latino e saberá grego e hebraico, sendo possível, e terá conhecimento dos livros pera os saber ordenar e dar rezão deles”. Seguidamente, o texto estatutário indica o horário de funcionamento interno, descendo ao pormenor de responsabilizar o guarda pelo descaminho de qualquer livro. Quanto ao ofício de “corrector da impressão”, ordena-se no título 51:

Pera que os livros e mais cousas que se houverem de estampar nesta Universidade sejam emendados como é rezão, haverá um Corrector eleito em Conselho de Deputados e Conselheiros, o qual será muito bom latino e grego, e terá notícia das ciências e com particular cuidado visitará a Impressão e procurará que haja nela bons caracteres e porá em bom recado os da Universidade, e emendará tudo o que se imprimir, de modo que se não vá com a impressão por diante sem sua emenda, e pera tudo isto terá jurisdição nos impressores, pondo e executando as penas que bem lhe parecer.

Como se vê, as funções de Corrector eram bem mais amplas do que as de um simples revisor: pode dizer-se que correspondiam, *grosso modo*, às do director de uma imprensa universitária, respeitado pelo seu saber filológico e pela sua competência científica e técnica. A quem tenha acompanhado os últimos tempos da Imprensa da Universidade de Coimbra, logo lhe ocorre o nome do Doutor Joaquim de Carvalho. Mas provavelmente

associará ao Administrador da Imprensa, nomeado em 1921 e em funções até 1934 (ano da extinção da Imprensa da Universidade), os nomes de Cândido Nazareth – chefe das oficinas – e os revisores Vitorino Nemésio, João Gaspar Simões ou Flausino Torres.

Sabe-se que o lugar de Corrector da tipografia universitária fora criado por D. João III em 1549, com o ordenado anual de 12 000 réis, importância que subiu para 20 000 réis em 1555, sendo então corrector o licenciado Fernão d'Oliveira. (Este não deve ser confundido com o seu homónimo autor da *Gramática de Linguagem Portuguesa*, editada por Germam Galharde em 1536, e da *Arte da Guerra no Mar*, que João Álvares imprimiu em Coimbra em 1555). Tendo o corrector Fernão d' Oliveira sido preso pela Inquisição, foi provisoriamente substituído no cargo pelo lente Cristóvão Nunes, mas este, chamado a outras funções na Casa Real, cedeu o lugar a Sebastião Stochamer, sem dúvida o mais sábio dos correctores que trabalharam na tipografia da Universidade durante o século XVI e aquele que exerceu o ofício durante mais tempo: de 1557 a 1586, ano em que trespassou a tença de 20 000 réis para sua filha, sendo substituído no cargo por Jerónimo de Sampaio.

Foi Stochamer quem reviu escrupulosamente os dicionários (de Latim-Português e Português-Latim) de Jerónimo Cardoso, em 1569, ano em que saiu dos prelos de João de Barreira, em Coimbra, o *Dictionarium Aliud de propriis nominibus*, da autoria do próprio Stochamer. Natural de Ingolstadt, cidade bávara, veio para Portugal em 1547, na companhia do lente italiano Fábio Arcas, jurista eminente. Tendo este falecido em 1554, Stochamer, então estudante finalista do curso jurídico, achou-se desprovido de meios para seguir a carreira universitária, mas as autoridades académicas deram-lhe a mão e obtiveram do rei D. João III o alvará que o nomeou “corrector da impressão”. Note-se que, mais tarde, Stochamer seria eleito bedel de Cânones e Leis na Universidade, cargo então da maior importância, exercido – dizia-se nos estatutos de 1653 – por “pessoas honradas e que ao menos soubessem latim”, às quais competia fiscalizar a assiduidade dos lentes e coordenar os actos de doutoramento e demais provas de aptidão ao magistério.

Folheando os volumes de *Artes e Ofícios em Documentos da Universidade*, organizados pelo Doutor Manuel Lopes de Almeida, os quais abrangem os anos de 1589 a 1753, encontram-se numerosas referências a impressores, livreiros e encadernadores, mas as indicações acerca de correctores são escassas. Apesar disso, ficamos na posse de algumas informações significativas, que passo a resumir:

- 1.<sup>a</sup> Entre os anos de 1593 e 1597, arrastam-se as formalidades para o acerto de uma dívida de Sebastião Stochamer à Universidade. Respondem por este compromisso os herdeiros do falecido corrector, representados pelo genro, Francisco da Costa de Vasconcelos, bedel do Curso Jurídico (casado com a filha de Stochamer, chamada

Teodora), e um certo João Cerveira. Ignora-se o resultado da diligência, mas em 1597 as contas ainda não estavam saldadas, o que leva a Universidade a suspender o vencimento de Francisco Costa.

- 2.<sup>a</sup> Em 1599, André de Avelar, lente de Matemática, tendo-se encarregado de “conferir o traslado dos Estatutos com os originais e emendar as faltas de ortografia, letras, palavras e regras que faltavam, e acrescentar os capítulos, títulos, parágrafos, e havendo respeito ao muito tempo que nisto gastou e a outras razões que se praticaram”, recebeu, em retribuição do seu trabalho, um moio de trigo de 64 alqueires. (Nesta altura o moio de trigo valia 320 réis.)
- 3.<sup>a</sup> Em 1601, o corrector (Pedro de Mariz) era também o guarda da livraria, situação que se alterará com a publicação dos Estatutos de 1653, pois entretanto deixara de ser obrigatório juntar as duas funções na mesma pessoa.
- 4.<sup>a</sup> Em 1607, havendo dúvidas da parte do impressor Diogo Gomes Loureiro acerca da obrigação de o corrector emendar “todas as obras”, o Conselho confirma que seriam “todas” e não apenas algumas.

Estes e outros vestígios documentais mostram como a Universidade atribuía alto valor ao trabalho dos correctores. E eles, na sua modéstia, não faziam mais do que honrar as tradições da investigação filológica, segundo a qual toda a língua é expressão da cultura, herança social de comunidades em permanente movimento. Por isso, apurar um texto, prepará-lo para a circulação sob a forma de livro, submetê-lo a revisões sucessivas, de cada vez que torna a imprimir-se, são tarefas que exigem uma larga dose de conhecimentos filológicos e abertura de espírito capaz de rejeitar posições dogmáticas, do tipo daquelas a que noutro tempo se chamavam “caturrices dos puristas”.

A aliança entre a Filologia e a História do Livro é indiscutível, do ponto de vista metodológico, e valiosíssima para a compreensão mesológica de qualquer edição, sendo certo que nenhum livro se publica sem estar inscrito numa dada moldura ecológica da cultura. Por isso mesmo, ultrapassando os limites próprios da actividade bibliográfica (que conhece e respeita), o historiador do livro não pode prescindir da leitura dos textos que se escondem sob a opacidade do objecto livro. É certo que há quem faça História do Livro como Monsieur Jourdain fazia prosa..., mas esse é o mal inevitável de todas as disciplinas históricas. E a experiência de vida ensina-nos esta verdade elementar: as fontes de consulta a que recorremos sem hesitação, quando uma qualquer dúvida nos assalta, são obras de autores que, no seu tempo histórico, carregaram documentos novos e produziram afirmações inovadoras, fruto do seu labor quotidiano: um Sousa Viterbo, um Leite de Vasconcelos, uma Carolina de Michaëlis, um Serafim da Silva Neto, para só referirmos

quatro mestres do rigor, da segurança e da probidade. Nenhum deles foi historiador do livro, *stricto sensu*, porque no seu tempo a História do Livro ainda não tinha emergido do conjunto das ciências auxiliares da História, mas um traço-de-união os irmanava: o cultivo da Diplomática e da Filologia. Outro tanto poderíamos dizer, já em nossos dias, de um historiador do livro cuja obra muito ficou a dever à sua formação filológica: José Vitorino de Pina Martins, o autor não apenas dos estudos profundos que reuniu na obra *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal* (Paris, 1989) mas também das saborosíssimas *Histórias de Livros para a História do Livro* (Lisboa, 2007).

Como escreveu lapidadamente Luciana Stegagno Picchio – outra cultora exemplar da ciência filológica –, “o filólogo sabe desde o início que o seu estatuto é o de crítico, pois nenhuma constituição textual, nenhuma emenda, seriam possíveis fora ou antes de uma compreensão total, de uma interpretação no sentido mais amplo e preciso do termo”. Ora, a leitura e a exegese de um texto – seja manuscrito, seja impresso – dado a lume no passado remoto, se exigem alguma preparação especificamente linguística, não prescindem, sobretudo, do conhecimento das chamadas “disciplinas filológicas”, das quais se alimenta o próprio “método filológico”. O convívio com os livros, ao longo de toda a vida, mostrou-me a cada passo que tais disciplinas, no essencial, pouco mudaram desde a época do Renascimento, muito embora algumas só se tenham autonomizado nos últimos cem anos.

Assim, tomando como base programática o ordenamento apresentado por Virgílio Inama, podemos associá-las em quatro grupos: no primeiro (“il vero fondamento d’ogni studio filologico”) aparecem-nos a gramática, a estilística, a retórica, a poética, a métrica e a história das línguas clássicas; no segundo (o das “discipline sostanziali”), a história da literatura, a história política, a cronologia, a geografia, a topografia das cidades, o binómio mitologia/religião e o conhecimento das instituições públicas e privadas dos povos antigos; no terceiro (o das “discipline sussidiare o instrumentali della filologia”), a bibliografia, a diplomática, a paleografia, a hermenêutica e a crítica textual (ou ecdótica). Se tivermos em conta o desenvolvimento dos estudos de História do Livro nos últimos cinquenta anos, verifica-se, neste elenco de disciplinas de apoio à Filologia, a falta de duas componentes fundamentais da maior parte das melhores investigações: a da História Económica e a da História das Mentalidades.

Armado com estas munições, o historiador do livro precisa ainda de se especializar no estudo e solução dos problemas técnicos em que tropeça mais frequentemente no seu trabalho. Estou a pensar, naturalmente, na chamada Bibliografia Material, sobretudo nas áreas principais da actividade tipográfica: a composição, a impressão, os acabamentos e o fabrico e abastecimento do papel. Mesmo sem entrar em minudências que a vida de hoje tende a esquecer, devido ao desaparecimento das oficinas tipográficas, talvez valha a pena enumerar alguns casos práticos em que constantemente se tropeça:

- 1.º Os caracteres tipográficos, entre os séculos XVI e XVIII, tendem a adquirir traços de individualidade geográfica, o que faz com que, por exemplo, se distinga facilmente, a olho nu, um livro italiano de um livro ibérico, um livro holandês de um livro inglês, etc.;
- 2.º Os traços de individualidade estendem-se, por vezes, às próprias oficinas, a ponto de, conhecido o protótipo (Elzevier, Plantin-Moretus, Ibarra, Bodoni, etc.), ser possível resolver problemas básicos de clandestinidade editorial;
- 3.º Cada época tem a sua roupagem tipográfica própria: muitas contrafações reconhecem-se facilmente devido ao facto de não obedecerem a este princípio, ostentando ornatos e vinhetas de fabricação posterior à data das edições originais;
- 4.º Em certos casos, as marcas dos fabricantes de papel (ou *filigranas*) são um elemento importante para a datação de espécies fraudulentas; mas importa lembrar que, devido à carestia do papel ou ao aperto da fiscalização censória, o aproveitamento de sobras de papel de edições anteriores era prática comum;
- 5.º Por este motivo, tendo em conta que as emendas se faziam muitas vezes no decurso da impressão ou das várias impressões de cadernos esparsos da mesma obra, são frequentes os casos de folhas do mesmo caderno com emendas diferentes;
- 6.º Finalmente, e porque isto interessa aos estudiosos das duas edições d'*Os Lusíadas* datadas de 1572, nunca esqueçamos as palavras que um textólogo eminente (Roger Laufer) deixou num dos seus livros mais apreciados: "Nous ne devons pas être surpris de constater que les ouvrages à sussès ont été entièrement recomposés. Une vogue exceptionnelle peut justifier une recomposition partielle, la décision d'augmenter le tirage étant prise alors qu' une partie de l' ouvrage a déjà été tirée et les formes distribuées."

É tempo de concluir. Tenho consciência de que os estudos de História do Livro tendem, no futuro, a ser cada vez mais exigentes em relação à preparação cultural dos nossos discípulos; por isso, admito mesmo que a pressão do facilitismo intelectual em que vivemos venha até a tornar altamente improvável a continuidade desses estudos no ensino pós-graduado que se ministra nas universidades portuguesas. Com efeito, depois do que acabo de dizer, dou-me conta de que estou a pedir demais, sobretudo agora que o chamado Processo de Bolonha fez descer o nível das licenciaturas, dos mestrados e dos doutoramentos, com consequências desastrosas para a investigação em Ciências Humanas. Mas os Pretores não cuidam destas ninharias, e por isso só nos resta verificar que Pangloss está bem vivo e recomenda-se.

Lisboa, 28 de Março de 2011